



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

Convite à apresentação de propostas

Referência: CONSULTA PRÉVIA N. 19/18

1. OBJETO DO CONTRATO

O presente procedimento tem por objeto a **aquisição de serviços para Reparação da Retroescavadora Case Nº 3**, nas condições descritas no Caderno de Encargos, documento integrante do presente convite.

2. ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Município da Figueira da Foz, com o NIF 501 305 580, sito na Av. Saraiva de Carvalho, apartado 197 EC Bairro da Estação, 3080-501 Figueira da Foz.

3. DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do **Senhor Vereador Carlos Monteiro com funções delegadas por despacho n.º 44 – PR/2017, de 30 de outubro de 2017**, de 16-05-2018, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Critério do valor, definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. PREÇO BASE

O preço base do procedimento, estabelecido para o Caderno de Encargos, para os efeitos decorrentes do artigo 47.º do CCP, é de **15.000,00€ (quinze mil euros)**, não inclui o



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

imposto sobre o valor acrescentado, sendo o máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

O preço base fixado foi presumido tendo em conta uma consulta preliminar realizada à empresa Miguel Gonçalves Galinha Vicente, para parte das reparações, sendo os restantes preços enquadrados de acordo com procedimentos anteriores, nomeadamente o de reparação da Retroescavadora Case Nº 6.

6. PREÇO DA PROPOSTA ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a **50% em relação à média dos preços das propostas a admitir**, a calcular nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP.

7. CONCORRENTE

Pode ser concorrente a entidade que cumpra, os seguintes requisitos:

- Não se encontre em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a atual redação.

8. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 8.1. Os pedidos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço www.acingov.pt no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.
- 8.2. Os esclarecimentos serão prestados pelo órgão competente, através da plataforma eletrónica referida o número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

9. PROPOSTA

- 9.1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 9.2. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos e atributos:
 - 9.2.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente documento, do qual faz parte integrante;
 - 9.2.2. Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo (caso seja aplicável);
 - 9.2.3. Preço global S/ IVA;
 - 9.2.4. Prazo de entrega;
 - 9.2.5. Condições de pagamento;
 - 9.2.6. Descrição dos bens e serviços propostos, em conformidade com o exposto na Parte II do Caderno de Encargos.
- 9.3. Na proposta de preço, o concorrente pode especificar todos os aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
- 9.4. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
- 9.5. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais e os preços unitários terão um máximo de 3 casas decimais.
- 9.6. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica www.acingov.pt, contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
- 9.7. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas terão, sob pena de exclusão, que ser entregues até á data e hora fixados na plataforma eletrónica de [compras públicas – AcinGov](http://compras.públicas – AcinGov).



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

A receção das propostas terá obrigatoriamente, que ocorrer dentro do prazo fixado, sendo as mesmas registadas por referência á respetiva data e hora.

A abertura das propostas decorrerá após o término do prazo fixado para a sua entrega.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. As propostas terão obrigatoriamente, que ser redigida em língua Portuguesa.
- 11.2. As propostas e os documentos que a constituem terão que ser colocados na plataforma eletrónica de compras públicas – AcinGov – em <http://www.acingov.pt>

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 dias úteis**, a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

- 12.1. **Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, conforme modelo constante do **Anexo II** ao Código de Contratos Públicos.
- 12.2. **Documentos** comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, **de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:**
 - 12.2.1. Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções** destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em numero equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - 12.2.2. Situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - 12.2.3. Situação regularizada relativamente a **impostos devidos** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - 12.2.4. Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas,**



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas h) do artigo 55.º do CCP;

- 12.3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 3 dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP, sob pena de caducidade da adjudicação.

13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através do **preço** como único aspeto de execução do contrato.

14. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas não serão objeto de negociação.

16. RETIRADA DAS PROPOSTAS

- 16.1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal fato à entidade adjudicante.
- 16.2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

17. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo da obrigação de manutenção das propostas será de um período mínimo de **66 dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

18. **ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

(nos casos em que haja redução do contrato a escrito)

- 18.1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução.
- 18.2. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário depois de aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar.
- 18.3. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

19. **RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA**

(nos casos em que haja redução do contrato a escrito)

- 19.1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
- 19.2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, equivalente o silêncio à rejeição da reclamação.

20. **CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ESCRITO**

(nos casos em que haja redução do contrato a escrito)

- 20.1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data de notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP.
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
- 20.2. A entidade pública contratante comunicará ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ CÂMARA MUNICIPAL

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no D.L. n.º 18/2008, de 29/1, na sua última redação e demais legislação aplicável.

ANEXOS

- Anexo I** – Modelo de declaração prevista na al. a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II** – Modelo de declaração prevista na al. a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL
